



RECURSO ADMINISTRATIVO

Pregão Eletrônico nº 90.153/2025

Processo Administrativo nº 28.764/2025

Recorrente: FP AUDIO LTDA, CNPJ nº 03.736.955/0001-08

Recorrida: YOLO PRODUÇÕES LTDA, CNPJ nº 12.765.638/0001-00

Órgão: Município de Nova Friburgo/RJ

Objeto: “REGISTO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE: LOCAÇÃO DE TELÃO DE LED, TRANSMISSÃO SIMULTÂNEA PARA TELÃO E VIDEO JOCKER - VJ PARA EVENTOS, para atender as necessidades da Secretaria de Cultura, Secretaria de Turismo e da Secretaria de Esporte e Lazer, pelo período de 01 (um) ano.”.

Ilustríssimo Agente de Contratação, FP AUDIO LTDA já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, apresentar RECURSO em face do julgamento proferido, com base no art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

O presente recurso é tempestivo e cabível, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, bem como do item 22 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.153/2025, uma vez que se volta contra decisão proferida na fase de julgamento da proposta e julgamento da habilitação, questionando a regularidade da proposta e da documentação apresentada pela licitante provisoriamente vencedora.

II – SÍNTESE DOS FATOS

A licitante YOLO PRODUÇÕES LTDA foi declarada provisoriamente vencedora do certame que tem por objeto o registro de preços para locação de telão de LED, transmissão simultânea e serviços de VJ, contudo, conforme se demonstrará, não atende a requisitos essenciais do edital, do Termo de Referência e da legislação vigente, tendo apresentado:

- Provável declaração falsa quanto à existência de Programa de Integridade;
- Proposta manifestamente inexecutável, sem comprovação objetiva de viabilidade;
- Atestado de capacidade técnica genérico e insuficiente;
- Acervo técnico genérico incapaz de demonstrar aptidão para execução continuada e simultânea;
- Balanço patrimonial inconsistente, com indícios de montagem artificial;
- Capital social e patrimônio líquido incompatíveis com o vulto do contrato;
- Lista de equipamentos incapaz de atender às exigências do objeto, em especial ao atendimento de três eventos simultâneos.



Tais vícios não são formais, mas substanciais, comprometendo a execução contratual e o interesse público.

III – DO MÉRITO

1. DA FALSA DECLARAÇÃO DE POSSE DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A licitante declarou, em campo próprio do sistema, possuir Programa de Integridade, contudo não apresentou qualquer documento comprobatório mínimo, como código de ética, política de compliance, canal de denúncias ou evidência mínima de implementação efetiva.

12765.638/0001-00	
ME/EPP	YOLO PRODUÇÕES LTDA
Programa de integridade	MG
Aceita e habilitada	
Valor ofertado (total)	R\$ 966.140,0000
Valor negociado (total)	-

Tal conduta viola frontalmente o item 9.2 do Edital (declarações em campo próprio do sistema), os itens 9.3 a 9.7 (assunção de veracidade e compromisso com as condições do instrumento convocatório) e, especialmente, o item 9.8 do Edital, que dispõe que “a falsidade da declaração (...) sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital”.

A conduta da recorrida impõe sua desclassificação, além da apuração de responsabilidade administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

A jurisprudência do TCU é absolutamente pacífica:

“A apresentação de declaração falsa em procedimento licitatório constitui falta grave, apta a ensejar a aplicação de sanções administrativas, independentemente da comprovação de dolo específico, sendo suficiente a constatação objetiva da inveracidade da informação prestada pelo licitante.”
(TCU, Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário)

No mesmo sentido:

“A Administração Pública deve apurar e sancionar a apresentação de informações ou declarações falsas em licitações, sob pena de violação aos princípios da legalidade, moralidade administrativa e isonomia entre os licitantes.”
(TCU, Acórdão nº 1.793/2020 – Plenário)



2. DA PROPOSTA INEXEQUÍVEL E DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VIABILIDADE

A proposta apresentada pela recorrida contém valores incompatíveis com os custos mínimos necessários à execução do objeto, especialmente considerando transporte, montagem e desmontagem de estruturas; custo elevado dos painéis de LED; exigência de técnicos habilitados, ART, NR-10 e NR-35; e possibilidade de atendimento a até três eventos simultâneos, conforme Termo de Referência.

Há violação direta ao item 10.1.4 do Edital (proposta vinculada às especificações do Termo de Referência), ao item 14 do Edital (fase de julgamento e verificação da compatibilidade da proposta com o objeto) e ao conjunto de requisitos operacionais do Termo de Referência, notadamente os itens 4.1.1.2 (logística/transportes/encargos a cargo da contratada), 4.1.2.0 (até 3 eventos simultâneos), 4.1.2.9 (ART e certificados NR-10/NR-35) e 4.1.3.0 (técnicos habilitados durante todo o evento).

Mesmo após diligência, não foi apresentada planilha técnica ou demonstração objetiva da exequibilidade, violando o art. 59, inciso III, e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

O TCU é categórico:

“É legítima a desclassificação de proposta com preços inexecutáveis quando demonstrada a incompatibilidade entre os valores ofertados e os custos mínimos necessários à execução do objeto, ainda que o licitante afirme sua viabilidade.”
(TCU, Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário)

E ainda:

“A simples declaração de que a proposta é executável não é suficiente para afastar a presunção de inexecutabilidade, devendo o licitante comprovar, por meio de elementos objetivos, a viabilidade técnica e econômica da oferta.”
(TCU, Acórdão nº 3.092/2020 – Plenário)

A fim de demonstrar de forma incontroversa a inexecutabilidade da proposta da Recorrida, trazemos simples análise conforme demandas reais deste município:

Não tendo quantidade mínima por solicitação no edital, ou seja, estando a Licitante vencedora obrigada a entregar, seja seis metros quadrados, quatro metros quadrados ou até mesmo dois metros quadrados, conforme podemos observar adiante:



- Pedido com quatro metros quadrados e montagem de estrutura:



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Secretaria Municipal de Cultura

Anexo VII

REQUISIÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS						
EMITENTE: Secretaria Municipal de Cultura		SETOR: Cultura		PROC. nº: 6511/2022		REQUISIÇÃO Nº: 109/2023
DESTINATÁRIO: Secretaria Municipal de Cultura						
Solicitamos a V.Sª a autorização para aquisição de produtos, e ou, contratação de serviços.						
PROGRAMA DE TRABALHO:		CÓDIGO DA DESPESA:		FONTE:		
18001.1339200412.112		339039-57		170400000017		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	Telão LED		M²/dia	04	R\$ 445,68	R\$ 1.782,72
LOCAL: Olaria -Nova Friburgo/RJ						
PRAZO: 21 de abril de 2023 - Evento "Aniversario de Olaria"						
EMITENTE:		DE ACORDO, EM PROSSEGUIMENTO:				
 Carolina Beurmann de Silveira Matr.62149		 Daniel Figueira de Assis Matr. 63081				

Processo nº 6511/2022

Rubr: 2 Fls. 1150

1

- Pedidos com dois metros quadrados apenas em formato de totem:



VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
 CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
 TELFAX (22) 2773-2824 Email: fpaudio@fpaudio.com.br



Os itens de VJ e Transmissão simultânea somente são solicitados quando eles se fazem necessários, sendo pedido ao longo do ano apenas o item painel de led. Mesmo fazendo uma conta de um pelo outro, assumindo prejuízo nas demandas menores, que são a maioria das demandas, ainda sim, temos que em uma demanda para seis metros de painel de Led o seguinte:

Valor arrematado por metro quadrado: R\$ 245,00, total por pedido com seis metros quadrados: R\$ 1.470,00.

A Recorrida sequer apresentou uma planilha de custos, limitou-se a informar o seguinte:

EXEQUIBILIDADE ITEM 1 - Telão de LED com estrutura para fixação e instalação conforme Termo de Referência	
CUSTO:	140,00
333.340,00	
DESPESAS/TRIBUTOS/IMPOSTOS/FRETE	60,00
142.860,00	
LUCRO	45,00
107.145,00	
TOTAL	
583.345,00	

Alguns pontos relevantes, a empresa Recorrida esta sediada em Além Paraíba, cerca de 75 quilômetros distante do centro deste município, podendo ainda o atendimento ser solicitados para distritos que podem estar há mais de 45 quilômetros do centro. Elevando a distância de atendimento para mais de 100 quilômetros.

Os valores apresentados além de não comprovarem a exequibilidade, não detalham de forma precisa os custos. Partindo de um pedido de seis metros quadrados em Lumiar por exemplo, somente com custo de combustível, considerando que a empresa possua veículo próprio, sem considerar qualquer depreciação, IPVA, desgastes de Pneus, troca de óleo e manutenções, temos o seguinte: Em média um caminhão pequeno ou uma Van, consome um litro de óleo diesel para rodar cerca de seis quilômetros, considerando a distância a distancia de ida e volta para o centro temos cerca de 150 quilômetros, ou seja, um gasto de cerca de 25 litros de óleo diesel ao custo médio de R\$ 6,00 ou seja: R\$ 150,00 somente com combustível. Mas todos sabemos que o custo não se resume a isso e conforme falado se a demanda for em Lumiar pode chegar a mais de 200 quilômetros.

Precisamos levar em conta minimamente o seguinte segundo o edital:

- custo transporte (somente combustível): R\$ 150,00
- custo emissão ART (somente taxa CREA – 2 arts elétrico e civil): R\$ 216,78
- custo um técnico (mensal dividido pela media de eventos ou por diária): R\$ 350,00
- custo um auxiliar (mensal dividido pela media de eventos ou por diária): R\$ 250,00
- custo motorista (mensal dividido pela media de eventos ou por diária): R\$ 300,00
- custo alimentação da equipe: R\$ 300,00

Ou seja, somente com esses custos completamente ignorados pela recorrida temos que para executar um atendimento de seis metros quadrados neste município teremos um custo de R\$ 1.566,78, frente a um valor total apresentado de R\$ 1.470,00 da proposta Recorrida.

VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
TELFAX (22) 2773-2824 Email: fpaudio@fpaudio.com.br



Sem contar com vários outros custos como: Engenheiro Eletricista, Engenheiro Civil, Anuidade do CREA, Custos com depósito, armazenagem, manutenção dos equipamentos, custos com IPVA, manutenção do veículo, custos com cursos NR35 e NR10 para os trabalhadores, encargos trabalhistas, impostos, depreciação, manutenção do equipamento.

Isso tudo ignorado na proposta, ou seja, levando em conta somente os custos apontados, temos o seguinte:

Locação: R\$ 140,00 x 6 metros pedido = R\$ 840,00 – **REAL: R\$ 1.416,78**
- custo emissão ART (somente taxa CREA – 2 arts elétrico e civil): R\$ 216,78
- custo um técnico (mensal dividido pela média de eventos ou por diária): R\$ 350,00
- custo um auxiliar (mensal dividido pela média de eventos ou por diária): R\$ 250,00
- custo motorista (mensal dividido pela média de eventos ou por diária): R\$ 300,00
- custo alimentação da equipe: R\$ 300,00
Impostos, tributos e frete: R\$ 60,00 x 6 metros pedido = R\$ 360,00 – **REAL: R\$ 370,00**
- Imposto médio simples nacional 15%: 220,00
- Despesa transporte: R\$ 150,00
Lucro: R\$ 45,00 x 6 metros pedido = R\$ 270,00 – **REAL: - R\$ 200,00**

PREJUÍZO

Ou seja, na lógica apresentada, temos completamente inexecutável a proposta. Isso para uma demanda de seis metros quadrados, ou seja, se inferior a isso como comprovado ser prática deste município pior ainda será o resultado, temerosamente podendo trazer sérios prejuízos ao Município.

3. Exequibilidade: inconsistências internas e ausência de lastro documental idôneo

No próprio chat do certame registrou que, para proposta com indício de inexecutabilidade, a licitante deveria encaminhar planilha de custos, devidamente assinada, contendo minimamente: (I) custo do produto/serviço; (II) despesas com tributos/impostos; (III) frete/logística; (IV) lucro; e (V) demais documentos aptos a justificar o valor da oferta.

Além disso, não se verifica, com documentos comparáveis e verificáveis, a cobertura integral dos custos necessários ao atendimento das especificações do Termo de Referência e às condições de execução (montagem, desmontagem, operação, logística, equipe, obrigações acessórias etc.), permanecendo risco elevado de inexecução contratual e/ou transferência de ônus à Administração.



Súmula TCU 262: “O critério [...] conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a executabilidade da sua proposta.” (Portal Licitações e Contratos/TCU).

Acórdão 963/2024-TCU-Plenário [Enunciado]: “No fornecimento de bens ou na prestação de serviços em geral, há indício de inexecutabilidade quando as propostas contêm valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.” (Portal Licitações e Contratos/TCU).

Acórdão 3794/2024-TCU-Primeira Câmara (item 1.7): “a desclassificação sumária da proposta supostamente inexecutável, sem ser dada a oportunidade às licitantes de comprovarem a sua executabilidade, viola o art. 59, inciso IV e § 2º, da Lei 14.133/2021 e o Enunciado 262 da Súmula de Jurisprudência do TCU”. (Portal Licitações e Contratos/TCU).

No caso concreto, mesmo tendo sido oportunizada diligência, a licitante não se desincumbiu do ônus de demonstrar a executabilidade de forma coerente, consistente e documentalmente lastreada. Assim, impõe-se a desclassificação da proposta e/ou a reabertura de diligência com parâmetros objetivos e verificáveis, com especial atenção ao Item V (documentos aptos a justificar o valor da oferta).

O Termo de Referência descreve demandas recorrentes envolvendo metragem significativa de painéis, estrutura metálica, alto custo dos Painéis de Led e operação contínua, além da possibilidade de eventos simultâneos, o que torna o valor ofertado manifestamente insuficiente.

A proposta apresentada afronta, em especial, os itens 4.1.2.0 (até 3 eventos simultâneos), 4.1.1.2 (logística, montagem/desmontagem e custos de pessoal/encargos por conta da contratada), 4.1.1.7 (prazos mínimos de antecedência para testes e vistoria) e 4.1.3.8 (manter o serviço em número, qualidade e condições especificadas) do Termo de Referência.



Sobre o tema, o TCU já decidiu:

“Proposta que não guarda compatibilidade com a realidade operacional do objeto licitado, especialmente quanto à estrutura, logística e custos envolvidos, deve ser desclassificada, em atenção ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa.”

(TCU, Acórdão nº 2.168/2015 – Plenário)

4. DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA GENÉRICO

O Termo de Referência e o Edital exigem aptidão técnico-operacional compatível com o objeto licitado. Ocorre que os atestados juntados pela YOLO são genéricos e não informam quantitativos, dimensões, especificações técnicas, prazos de execução e demais parâmetros necessários para aferir compatibilidade com as parcelas relevantes.

Exemplo: o Atestado de Capacidade Técnica emitido por MOVE ZONE limita-se a afirmar prestação de serviços de “locação e instalação de painéis de LED e caixas de som”, sem quantificar metragem, especificar pitch/resolução, tempo de operação, equipe, nem contemplar a parcela relativa a **transmissão simultânea e VJ**, exigida no objeto (TR, itens técnicos do lote). Assim, não há como aferir, de maneira objetiva, a compatibilidade em características, quantidades e prazos.

TCU – 5.5.2 Habilitação Técnica (orientação): “certidões ou atestados [...] devem comprovar a experiência anterior do licitante na execução de atividades similares ao objeto da licitação, em características, quantidades e prazos.” (Portal Licitações e Contratos/TCU).



O atestado apresentado pela recorrida não indica quantitativos, metragem, complexidade, período de execução ou compatibilidade com o objeto licitado, impossibilitando qualquer aferição técnica.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa MOVE ZONE COMÉRCIO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.296.638/0001-63, com sede na Rua Manoel José Lebrão, 122, Várzea, Teresópolis/RJ, CEP 25976025 por meio deste, ATESTA que a empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.765.838/0001-00, registrada no CREA/MG sob o nº 953555, com sede na Av. Olímpio Côrtes, Além Paraíba/MG, CEP 36660-000 executou com eficiência e qualidade os seguintes serviços:

- Instalação e supervisão de palco;
- Montagem de camarote elevado;
- Estruturação de tendas, tenda galpão, arquibancada e camarim;
- Instalação de gradil, placas de contenção, treliças e barricadas;
- Execução de sonorização e iluminação cênica;
- Fornecimento e operação de gerador de energia de 280 kVA;
- Fornecimento de trio elétrico e painel de LED;
- Execução de serviços de instalação e manutenção elétrica no local do evento.

Os serviços foram realizados durante o período de 27/06 a 29/06, no evento promovido por esta empresa, no Espaço Viva in Além, localizado na Av. Dr. José Avelino de Freitas, 131, Ilha do Lazareto, Além Paraíba/MG, CEP 36660-000.

Resaltamos que os serviços foram executados dentro dos prazos estabelecidos, seguindo todas as normas técnicas aplicáveis, demonstrando competência, responsabilidade e qualidade por parte da contratada.

Sendo a expressão da verdade, firmamos o presente para os fins que se fizerem necessários.

Além Paraíba, 28 de julho de 2025

 **ALÉM PARÁIBA**
GOV.BR
Assinatura e Carimbo de Autenticidade

MO - MOVE ZONE COMÉRCIO E EVENTOS LTDA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO - RJ
CNPJ: 28.128.741/0001-34
Administração 2021/2024

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente instrumento de um lado a Prefeitura Municipal de Carmo, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 28.128.741/0001-34, estabelecida na Praça Princesa Isabel, nº 91, Bairro Centro, Carmo/RJ.

Atesto para os devidos fins que a empresa YOLO PRODUÇÕES LTDA, demonstra plena capacidade técnica para executar, gerir e promover eventos de grande porte, atendendo de forma rigorosa todas as exigências legais, prazos e padrões técnicos exigidos.

Resaltamos que a empresa foi responsável pela execução integral do evento realizado no município de Carmo/RJ, promovido por esta Administração, com duração de 04 (quatro) dias consecutivos, tendo atuado com excelência em todas as etapas, abrangendo:

- Palco
- Sonorização
- Iluminação Cênica
- Painel de Led
- Instalação e operação de Geradores de Energia
- Banheiros Químicos
- Tendas
- Equipe de Apoio
- Locação Profissional
- Coordenação e execução de Shows Musicais
- Montagem de Passarela em "T"

A empresa cumpriu com pontualidade os prazos estabelecidos, apresentou eficiência operacional, e conduziu o projeto com total comprometimento e profissionalismo, demonstrando total aptidão para futuras contratações de natureza semelhante.

Carmo/RJ, 11 de abril de 2025

Secretaria de Cultura e Turismo - Prefeitura Municipal de Carmo/RJ - CNPJ 28.128.741/0001-34


Paulo César Cordeiro Passos
Secretário de Cultura e Turismo

Tal situação viola o item 19 do Edital (qualificação técnica) e, no Termo de Referência, os itens 4.1.3.5, alíneas “b”, “c” e “g”, que exigem: (i) execução sob registro em conselho competente e comprovação de habilitação pertinente; (ii) ciência de que poderá ser promovida diligência imediata junto à pessoa jurídica indicada no atestado, inclusive com visita e vistoria; e (iii) certificado averbado pelo CREA atestando capacidade técnica para realização de eventos semelhantes ao objeto.

Segundo o TCU:

“Atestados de capacidade técnica genéricos, desprovidos de informações quanto a quantitativos, prazos e características do objeto executado, não permitem aferir a compatibilidade com o objeto licitado, devendo ser desconsiderados para fins de habilitação.”

(TCU, Acórdão nº 1.092/2019 – Plenário)

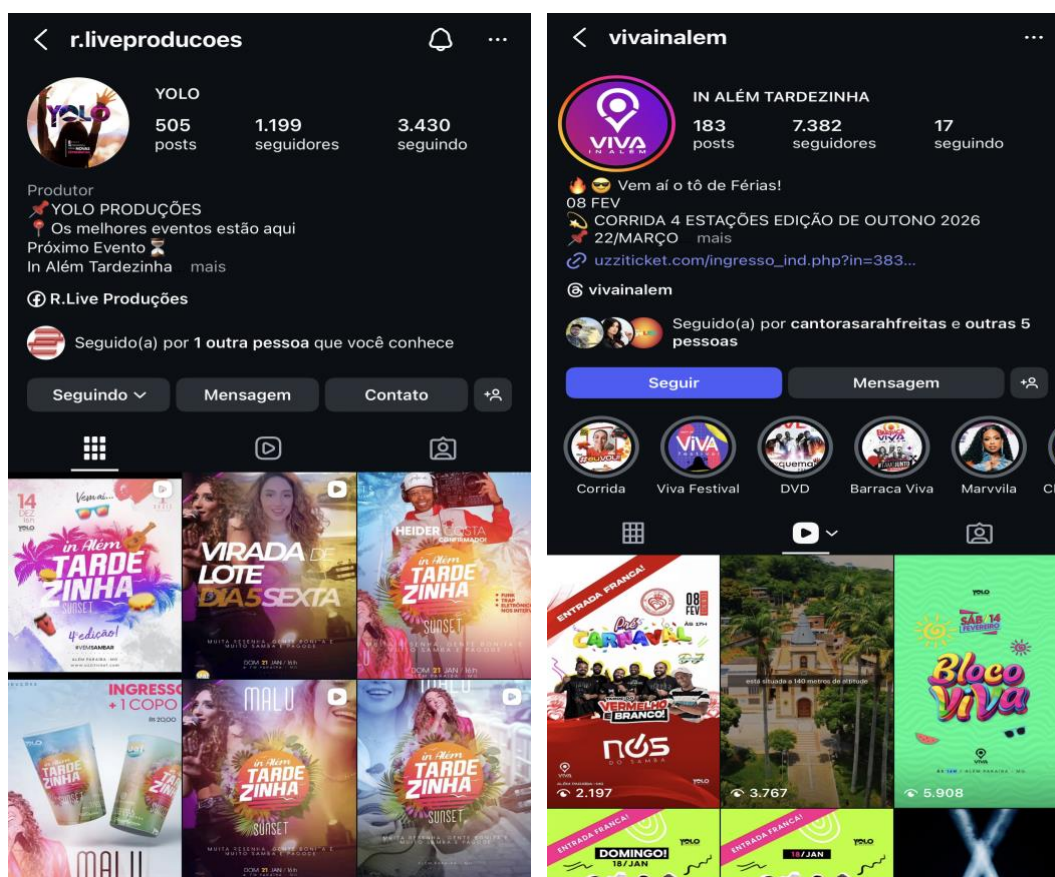


No âmbito estadual:

“A ausência de especificação técnica e quantitativa em atestado de capacidade inviabiliza a comprovação da aptidão do licitante, configurando falha insanável na fase de habilitação.”

(TCE/RJ, Processo nº 101.324-3/18)

Em busca a Internet, não localizamos o evento citado no atestado, mas encontramos fotos de eventos realizados no “*Espaço Viva in Além*”, o mais engraçado é que a Licitante Yolo não se apresenta como prestadora de serviço, mas sim como produtora de eventos em suas redes sociais:



Com o último evento tendo sido realizado pela produtora YOLO em dezembro de 2024, ou seja, muito antes do citado evento do atestado.



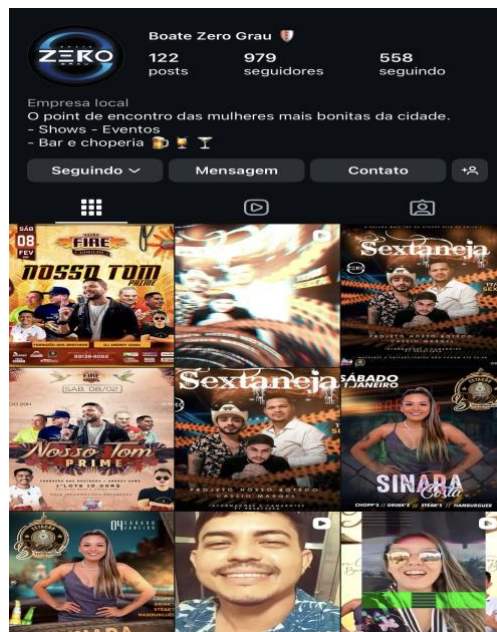
Nas redes sociais do “*Espaço Viva in Além*” também não encontramos nenhum evento na data citada no atestado, mas encontramos vários eventos sendo divulgados, ou seja, não é mera omissão, mas sim um evento que não existiu nem tão pouco foram prestados quaisquer serviços de painel de led pela licitante YOLO, claramente expostos em vídeos de outros eventos realizados no espaço em especial no dia 8 de junho de 2025.

Outro ponto intrigante foi quando realizamos busca pela emissora do atestado “**MOVE ZONE COMERCIO E EVENTOS LTDA ME**” encontramos o seguinte:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.296.638/0001-63 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 23/02/2011
NOME EMPRESARIAL MOVE ZONE COMERCIO E EVENTOS LTDA ME			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ZERO GRAU			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-01 - Restaurantes e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 56.11-2-04 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R MANOEL JOSE LEBRAO	NUMERO 122	COMPLEMENTO *****	
CEP 25.975-202	BAIRRO/DISTRITO VARZEA	MUNICÍPIO TERESOPOLIS	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONEAD_CONT@HOTMAIL.COM		TELEFONE (21) 2643-3496/ (21) 9722-3277	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/02/2011
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****



Dáí encontramos a seguinte rede social:



Uma choperia com o último evento realizado no ano de 2020

Ainda encontramos outras redes sociais mais antigas sem postagens desde o ano de 2015, mas aparentemente com a mesma identidade visual:



VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
TELFAX (22) 2773-2824 Email: fpaudio@fpaudio.com.br



Atestado esta alta probabilidade de falsidade documental. A Licitante ainda apresenta nota fiscal emitida muito depois da suposta prestação de serviço:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEM PARAIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS CNPJ: 17.708.187/0001-35 Praça Cel. Breves, 151, Alem Paraíba - MG, 36.660-000		Número da Nota: 202300000000045 Código de Verificação: ZLX-K7FA																																				
NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO - NFS-e Data de Emissão: 19/09/2023 06:47:40 Número de Tributo: 600000 Natureza da Operação: EXONEREL Tributo: TRIBUTOS Local de Prestação: ALEM PARAIBA-MG NFE																																						
PRESTADOR DE SERVIÇOS Assis Social/Tram: YOLO PRODUCOES LTDA CNPJ: 13.785.438/0001-00 Inscrição Estadual: 5433973 Endereço Comercial: RUA MARCOS JOSÉ LEMUS, Nº 121 - VAREZINHA CEP: 35575-012 Cidade: ALEM PARAIBA-MG Inscrição Estadual: 5433973 Telefone: 335453589 E-mail: ADMINISTRA@TRAMCONTABIL.COM																																						
TOMADOR DE SERVIÇOS Assis Social/Tram: MOVE ZONE COMERCIO E EVENTOS LTDA ME CNPJ: 13.396.438/0001-43 Inscrição Estadual: 5433973 Endereço Comercial: RUA MARCOS JOSÉ LEMUS, Nº 121 - VAREZINHA CEP: 35575-012 Cidade: ALEM PARAIBA-MG Inscrição Estadual: 5433973 Telefone: 354338396																																						
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS Serviço: 1209-PEINAS, EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONGÊNERES. Descrição: 8230001-SERVICOS DE ORGANIZACAO DE PEINAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS Instalação, supervisão e operação de estruturas temporárias e equipamentos para evento, incluindo: instalação e supervisão de palco, camarote elevado, tenda, palco, arquibancada, camarim; Montagem de gradil, cerca de contenção, isolque e barreira; Serviço de sonorização, iluminação, ótica e áudio em 3D; Montagem de um sistema de som e iluminação de 3D em 3D; Instalação e manutenção elétrica completa para o evento.																																						
VALORES DA NOTA <table border="1"> <thead> <tr> <th>Vlr. dos Serviços (R\$)</th> <th>Detração (R\$)</th> <th>Exoneração (R\$)</th> <th>Desc. Condicionais (R\$)</th> <th>Desc. Incidentais (R\$)</th> <th>Credito (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>\$23.390,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> </tr> <tr> <td>PIS (R\$)</td> <td>CONG (R\$)</td> <td>ICMS (R\$)</td> <td>IRPJ (R\$)</td> <td>CIT (R\$)</td> <td>Outras Retenções (R\$)</td> </tr> <tr> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> </tr> <tr> <td>Base de Cálculo (R\$)</td> <td>Alíquota (%)</td> <td>Valor (R\$)</td> <td>Valor (R\$)</td> <td>Valor (R\$)</td> <td>Valor (R\$)</td> </tr> <tr> <td>\$23.390,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>00,00</td> <td>\$23.390,00</td> <td>\$23.390,00</td> </tr> </tbody> </table>			Vlr. dos Serviços (R\$)	Detração (R\$)	Exoneração (R\$)	Desc. Condicionais (R\$)	Desc. Incidentais (R\$)	Credito (R\$)	\$23.390,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	PIS (R\$)	CONG (R\$)	ICMS (R\$)	IRPJ (R\$)	CIT (R\$)	Outras Retenções (R\$)	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	\$23.390,00	00,00	00,00	00,00	\$23.390,00	\$23.390,00
Vlr. dos Serviços (R\$)	Detração (R\$)	Exoneração (R\$)	Desc. Condicionais (R\$)	Desc. Incidentais (R\$)	Credito (R\$)																																	
\$23.390,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00																																	
PIS (R\$)	CONG (R\$)	ICMS (R\$)	IRPJ (R\$)	CIT (R\$)	Outras Retenções (R\$)																																	
00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00																																	
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)																																	
\$23.390,00	00,00	00,00	00,00	\$23.390,00	\$23.390,00																																	
OBSERVAÇÕES DA NOTA Não se aplica a Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) para serviços de natureza tributária, conforme disposto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 10.697/2003. Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) emitida em 19/09/2023 às 06:47:40. Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) emitida em 19/09/2023 às 06:47:40. Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) emitida em 19/09/2023 às 06:47:40. Nota Fiscal Eletrônica (NFS-e) emitida em 19/09/2023 às 06:47:40.																																						

Nota fiscal que novamente não traz nenhuma informação, especificação e quantidades empregadas e se olharmos para o valor, muito aquém para todo o serviço supostamente prestado.

5. DO ACERVO TÉCNICO INSUFICIENTE PARA EXECUÇÃO CONTINUADA E SIMULTÂNEA

A apresentação de apenas um acervo técnico genérico não comprova aptidão para execução de contrato continuado, muito menos para atendimento simultâneo de eventos.

Igualmente a capacidade Técnico operacional da Licitante, é apresentado apenas um único acervo para cada profissional referente ao mesmo atestado com indício de falsidade:



SONORIZAÇÃO & ILUMINAÇÃO

Página 01

Página 02

Ambos, referentes ao mesmo evento, sem trazer quaisquer informações técnicas, sem atestar transmissão simultânea e sem comprovar o serviço de VJ.

Há descumprimento do Termo de Referência, notadamente dos itens 3.7 (capacitação técnica, experiência e capacidade de fornecimento/remanejamento), 4.1.2.0 (eventos simultâneos) e 4.1.3.8 (manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas).

Nesse sentido:

“A comprovação da capacidade técnica deve ser suficiente para demonstrar a aptidão do licitante para executar o objeto em sua integralidade, especialmente quando se tratar de serviços continuados ou com possibilidade de execução simultânea.”

(TCU, Acórdão nº 2.622/2015 – Plenário)



6. DO BALANÇO PATRIMONIAL INCONSISTENTE E DOS ÍNDICES ARTIFICIAIS

Os balanços apresentados carecem de elementos essenciais, contém erro material e aparentam terem sido montados exclusivamente para fins licitatórios, produzindo índices artificiais de liquidez.

Inobservância do item 18 do Edital (qualificação econômico-financeira) e do Termo de Referência quanto à comprovação idônea da saúde econômico-financeira da licitante, especialmente quando a documentação apresentada não permite aferição objetiva e segura.

A documentação econômico-financeira apresentada pela YOLO apresenta inconsistências materiais que comprometem sua confiabilidade. O balanço de 2023 evidencia Patrimônio Líquido total de R\$ 597.128,10 (capital social de R\$ 150.000,00 e lucros acumulados de R\$ 447.128,10). Já no balanço de 2024, há indicação de lucros acumulados de R\$ 815.553,80 e capital social de R\$ 150.000,00; contudo, o total do Patrimônio Líquido apresentado permanece incompatível com a soma, sinalizando erro material relevante, com impacto direto na leitura de capacidade econômico-financeira e nos índices apresentados.

Nessas circunstâncias, impõe-se diligência para esclarecimentos e validação (com apresentação de demonstrações completas, notas explicativas e conferência de autenticidade), sob pena de habilitação indevida e risco de inadimplemento.

O TCU já decidiu:

“A apresentação de balanço patrimonial inconsistente, com ausência de elementos essenciais ou erros materiais relevantes, autoriza a inabilitação do licitante por não comprovação da qualificação econômico-financeira.”
(TCU, Acórdão nº 1.885/2014 – Plenário)

7. DO CAPITAL SOCIAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCOMPATÍVEIS

Diante da fragilidade dos índices econômicos, caberia à licitante comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimos compatíveis com o vulto do contrato, o que não ocorreu.

Violação do item 18 do Edital e do Termo de Referência quanto às exigências de qualificação econômico-financeira, aplicáveis quando os índices não demonstram capacidade suficiente para suportar a execução contratual.



Sobre o tema:

“É legítima a exigência e a verificação do capital social ou patrimônio líquido mínimos quando os índices econômico-financeiros apresentados não demonstram capacidade suficiente para suportar a execução do contrato.”
(TCU, Acórdão nº 2.097/2016 – Plenário)

8. DA LISTA DE EQUIPAMENTOS INCOMPLETA E DA INCAPACIDADE OPERACIONAL

O Termo de Referência exige lista completa de equipamentos, com quantidades, marcas e modelos, sob pena de desclassificação. A recorrida apresentou lista insuficiente, mencionando apenas uma vídeo-processadora, o que inviabiliza o atendimento simultâneo de eventos.

Descumprimento direto do item 4.1.4.8 do Termo de Referência, que determina a apresentação, junto com os demais documentos, de lista completa dos equipamentos com respectivas quantidades, tamanhos, marcas e modelos, “sob pena de desclassificação do ato licitatório”, além de afronta ao item 4.1.2.0 (até 3 eventos simultâneos) e ao item 4.1.3.8 (manter o serviço em número, qualidade e condições especificadas).

O TCU já firmou entendimento:

“A ausência de comprovação da disponibilidade dos meios materiais necessários à execução do objeto licitado configura falha grave de habilitação, não passível de saneamento posterior.”
(TCU, Acórdão nº 2.305/2018 – Plenário)

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O conhecimento e provimento integral do presente recurso;
2. A desclassificação/inabilitação da licitante YOLO PRODUÇÕES LTDA;
3. A instauração de processo de responsabilização, diante da falsa declaração apresentada;
4. Caso não reconsiderada a decisão, a remessa à autoridade superior, nos termos legais;
5. A preservação dos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa.



V – DO PEDIDO ALTERNATIVO DE DILIGÊNCIA TÉCNICA IN LOCO

Na remota hipótese de não ser acolhido o pedido principal de desclassificação/inabilitação da licitante YOLO PRODUÇÕES LTDA, requer-se, de forma alternativa e subsidiária, a realização de diligência técnica in loco, com fundamento no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, no item 15.8 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.153/2025, e, especialmente, no item 4.1.1.6 do Termo de Referência.

O Termo de Referência é categórico ao prever que a comissão de licitação poderá designar equipe técnica para visita às instalações da licitante vencedora, para confirmar as reais condições de atendimento do objeto, prevendo expressamente que, verificada a incapacidade, a licitante poderá ser desclassificada (TR, item 4.1.1.6).

Tal previsão não se presta à complementação posterior de documentos, mas à verificação da veracidade e consistência das informações já declaradas e da disponibilidade efetiva de meios materiais, especialmente diante de indícios objetivos de incapacidade operacional.

A diligência técnica in loco deverá, necessariamente, verificar:

- a existência física, quantidade, marcas e modelos dos equipamentos declarados;
- a capacidade de operação simultânea conforme exigido no Termo de Referência (TR, item 4.1.2.0);
- a compatibilidade dos equipamentos com as especificações técnicas mínimas do edital e do Termo de Referência;
- a estrutura operacional, logística e de pessoal técnico disponível;
- a coerência entre os meios materiais efetivamente existentes e a proposta de preços apresentada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Macaé, 27 de janeiro de 2026.

FP AUDIO
FLAVIO FARIAS PEREIRA